

PREVALÊNCIA DE ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO E SEUS FATORES DE INTERFERÊNCIA EM UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Assoni, M.P. (1); Silva, E.G. (1);

INSTITUIÇÃO: 1 - UFSCar;

Introdução: O aleitamento materno e a alimentação complementar estão incluídos entre as 23 intervenções viáveis, efetivas e de baixo custo para a redução da mortalidade infantil. A prevalência e a duração do aleitamento materno diminuíram rapidamente em diversas partes do mundo, porém a Organização Mundial da Saúde recomenda a amamentação exclusiva até os 6 meses de idade e a manutenção do aleitamento materno, juntamente com alimentos complementares, por dois anos ou mais. **Objetivos:** avaliar a frequência e duração mediana do aleitamento materno exclusivo em crianças com até 12 meses de idade, relacionando esses dados com variáveis sociodemográficas, maternas, de assistência ao parto, perfil alimentar da criança, presença de hábitos de sucção. **Método:** foram entrevistados 87 responsáveis pelas crianças atendidas em três Unidades de Saúde. A entrevista abrangeu questões pertinentes à caracterização sócio demográfica da mãe e da criança, dados sobre a gestação, parto e puerpério e, dados sobre a amamentação. A análise estatística realizada foi composta pela análise descritiva e aplicação de teste não-paramétrico Qui-quadrado. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos. **Resultados:** em relação ao Aleitamento Materno Exclusivo, observou-se que 72% das mães iniciaram o aleitamento materno exclusivo, porém a duração média foi de 3,2 meses e assim apenas 26% das crianças foram amamentadas exclusivamente durante os seis meses. As crianças com os menores pesos ao nascer não apresentam menor duração do aleitamento materno exclusivo, nem maior relato de dificuldade de amamentação de acordo com os responsáveis entrevistados. Sessenta e um entrevistados afirmaram ter introduzido a alimentação complementar antes dos seis meses e dessas crianças, apenas 13% receberam alimentos que correspondem à introdução de forma adequada. Foram associados ao desmame precoce: tipo de parto, escolaridade, idade e estado civil da mãe, primiparidade, renda familiar, retorno ao trabalho

antes dos seis meses pós-parto, uso de chupeta e mamadeira. A Unidade de Saúde da Família urbano-rural apresentou maior prevalência de aleitamento materno exclusivo (45%) e duração mediana de 4,2 meses. **Conclusão:** a prevalência de aleitamento materno exclusivo nas Unidades de Saúde da Família de São Carlos ainda está distante do que é preconizado pela Organização Mundial de Saúde.

PREVALÊNCIA DE ANEMIA INFANTIL ANTES E APÓS O PROGRAMA NACIONAL DE SUPLEMENTAÇÃO DE FERRO

Palombo, C.N.T. (1); Duarte L.S. (2); Fujimori, E. (3);

Minagawa, A. T. (2); Montero, R.M.J.M. (2);

INSTITUIÇÃO: 1 - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Projeto financiado pela Fapesp Processo 2011/50930-9 e CNPq Processo nº 480255/2012-1; 2 - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo; 3 - escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo;

Introdução: Anemia por deficiência de ferro é uma das carências nutricionais mais prevalentes. O Programa Nacional de Suplementação de Ferro-PNSF, instituído em 2005, visa controlar anemia com suplementação profilática de sulfato ferroso distribuído gratuitamente nas Unidades Básicas de Saúde-UBS a crianças de 6-18 meses. Contudo, as prevalências de anemia continuam elevadas, o que justifica avaliar o efeito do Programa. **Objetivos:** Comparar a prevalência de anemia antes e após a implantação do PNSF. **Método:** Dois estudos transversais desenvolvidos em município de pequeno porte do estado de São Paulo. O 1º estudo, de base populacional, foi desenvolvido em 2001 em amostra probabilística e proporcional ao número de crianças <2 anos. Realizada por inquérito domiciliar, a coleta de dados incluiu amostra de sangue capilar para dosagem de hemoglobina (Hb), determinada por hemoglobímetro portátil HemoCue. O 2º estudo avaliou crianças <3 anos matriculadas nas UBS. A amostra foi proporcional ao total de crianças cadastradas em cada UBS e foram incluídas crianças que compareceram às UBS de fevereiro-maio/2013. Coletou-se sangue capilar para análise de Hb, avaliada em hemoglobímetro portátil Agabê. Este estudo analisou crianças <2 anos e foram consideradas anêmicas aquelas com Hb<11,0g/dL. **Resultados:** Em

2001, antes da implantação do Programa, 45% das crianças recebiam sulfato ferroso. A prevalência de anemia era de 42% em amostra de 255 crianças e afetava 31% das <6 meses; 57% das crianças de 6-12 meses; 51% de 12-18 meses; e 32% de 18-24 meses. Em 2013, após a implantação do Programa, análise preliminar mostrou que apenas 19% das crianças <2 anos recebiam sulfato ferroso e 33% das crianças de 6-18 meses. A prevalência de anemia no total das 299 crianças <2 anos praticamente se manteve (39%), afetando 30% das <6 meses; 56% das crianças de 6-12 meses; 35% de 12-18 meses; e 36% de 18-24 meses. Conclusão: A prevalência de anemia em <2 anos continua tão elevada quanto a verificada há mais de uma década e após 8 anos da implantação do PNSF. Embora se preconize a suplementação profilática de todas as crianças de 6-18 meses, constatou-se que apenas um terço recebia sulfato ferroso. Os resultados não permitem indicar se há falhas na prescrição/distribuição do sulfato ferroso ou na adesão das mães ao Programa, porém considera-se importante investir na sensibilização e capacitação dos profissionais e em medidas educativas para aumentar a adesão ao Programa.

PROCESSOS COMUNICACIONAIS EM AMBIENTE ONCOLÓGICO PEDIÁTRICO

Novais, M.S.M.C. (1); Cardoso, M.A.B.S. (1); Rolim-Neto, M.L. (2); Cruz, L.S. (2); Lóssio-Neto, C.C. (3); Gonçalves-Júnior, J. (4); Akerman, M. (1);

INSTITUIÇÃO: 1 - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde/Faculdade de Medicina do ABC; 2 - Curso de Medicina/ Universidade Federal do Ceará - UFC/Campus Cariri; 3 - Curso de Medicina/ Universidade Federal do Ceará - UFC/Campus Cariri; 4 - Bolsista Jovens Talentos-CAPES/Universidade Federal do Ceará-UFC/Campus Cariri;

Objetivos: Conhecer a magnitude dos processos comunicacionais entre o familiar, o paciente oncológico pediátrico e equipe médica, além de identificar os percursos e redes de cuidado utilizados em torno do tratamento. **Materias e Métodos:** Pesquisa quantitativa, utilizando-se da cartografia simbólica aliada a “técnica de urna”, ao levantamento e análise dos dados. **Resultados:** A comunicação na ambientação da oncologia pediátrica é uma combinação de experiências de dor e sofrimento psíquicos com

experiências individuais e coletivas em torno da permanência do paciente, do encontro com as informações e de cada performance utilizada pela equipe médica na execução do tratamento. Vozes e histórias clamam por uma escuta comprometida no afugentar medos, angústias, situações estressoras, momentos de ansiedade no pensar e sobre o que fazer mediante a perspectiva de morte. 45,6% dos familiares sentem-se constrangidos em (re)descrever o atual estado do paciente oncológico pediátrico. As dúvidas são inúmeras envoltas ao temor e ao medo do que possa acontecer. 57,2% dos pacientes expressam a excitação pela escuta, pela descoberta afetiva/emocional atestadas pelas enunciações envoltas aos cuidados estabelecidos. A equipe médica, em torno de 45,7%, buscam um estilo partilhado de comunicação, embora reconheçam situações cautelosas no acalmar situações registradas a dor e ao sofrimento do próprio paciente. Conclusão: A comunicação no espaço oncológico pediátrico se movimenta entre ditos e não ditos, requer superações constantes entre o humano e o profissional, particularmente no afugentar dispersões nas possibilidades existentes ao tratamento. Entre situações exaustivas o familiar, o paciente e a equipe ocupam posições distintas em diferentes espaços de comunicar o que o tempo disponibiliza como o melhor a fazer.

PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E APOIO AO ALEITAMENTO MATERNO NA ÚLTIMA DÉCADA (2002-2012) NO MUNICÍPIO DE EMBU DAS ARTES, SP

Brockveld, LSM (1); Rea, M. F. (1);

INSTITUIÇÃO: 1 - Instituto de Saúde;

Introdução: As vantagens do aleitamento materno estão bem descritas e amplamente divulgadas na literatura mundial e justificam os esforços dos diferentes níveis de gestão em implantar ações que resultem no aumento desta prática, seguindo as recomendações e orientações da Organização Mundial de Saúde e Ministério da Saúde. Considerando que o padrão de amamentação e as ações de apoio, promoção e proteção do aleitamento materno variam com o local e as características da população e dos serviços de saúde, é relevante a análise de ações realizadas pelos municípios, contribuindo para um melhor entendimento da política de saúde como um todo. **Objetivos:** documentar e analisar a trajetória